26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação

DO DISCURSO À MATERIALIDADE: APROXIMAÇÕES SOBRE O DOCUMENTO EM FOUCAULT E FROHMANN

FROM DISCOURSE TO MATERIALITY: *APPROACHES TO THE DOCUMENT IN FOUCAULT AND FROHMANN*

Bruna Gomes Couto – Universidade Federal do Ceará (UFC)
Caroline de Aguiar Pinto – Universidade Federal do Ceará (UFC)
Jefferson Veras Nunes – Universidade Federal do Ceará (UFC)
Luiz Tadeu Feitosa – Universidade Federal do Ceará (UFC)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Tem como objetivo discutir materialidade, agência documental e institucionalidade enquanto eixos centrais para a compreensão do documento como processo constituído de singularidades, autonomia e poder, a partir do diálogo entre Michel Foucault e Bernd Frohmann. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica de natureza básica, com abordagem qualitativa e caráter exploratório, recorrendo-se à revisão narrativa. A hipótese defendida é a de que o documento atua como um operador material de regimes de verdade, sendo o ponto de articulação entre práticas discursivas, forças institucionais e suportes informacionais. Como contribuição, formula-se o conceito de documento como operador de poder e verdade, definindo-o como um elemento ativo que constitui a realidade e gera efeitos políticos à medida que a dimensão discursiva se integra à materialidade e ao percurso histórico dos registros. Essa junção aciona mecanismos que conformam ações sociais, fixam os indivíduos em redes de controle e validam enunciados dentro de estruturas informacionais. Os resultados demonstram que a eficácia política da informação depende diretamente dessas dinâmicas e vínculos materiais. Conclui que essa articulação conceitual permite compreender o documento como um processo ativo, oferecendo subsídios para a análise documental crítica e para os estudos epistemológicos da área.
Palavras-chave: materialidade documental; agência documental; neodocumentalismo.

Abstract: This study aims to discuss materiality, documentary agency, and institutionality as central axes for understanding the document as a process constituted by singularities, autonomy, and power, based on a dialogue between Michel Foucault and Bernd Frohmann. Methodologically, it is a basic bibliographic research with a qualitative and exploratory approach, utilizing a narrative literature review. The hypothesis defended is that the

document acts as a material operator of regimes of truth, serving as the point of articulation between discursive practices, institutional forces, and informational media. As an original contribution, it formulates the concept of the "document as an operator of power and truth," defining it as an active element that constitutes reality and generates political effects as the discursive dimension integrates into the physical conditions and the historical trajectory of records. This junction triggers mechanisms that shape social actions, fix individuals within control networks, and validate statements within information structures. The results demonstrate that the political efficacy of information directly depends on these dynamics and contextual material bonds. It concludes that this conceptual articulation allows for an understanding of the document as an active process, offering insights for critical document analysis and epistemological studies in the field.
Keywords: documentary materiality; documentary agency; neodocumentalism.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo busca discutir como a materialidade documental descrita por Frohmann pode ser reinterpretada à luz das noções foucaultianas de enunciado, dispositivo e poder-saber entre a dimensão discursiva e política de Michel Foucault (1979, 1987, 2008) e a dimensão material e agencial de Bernd Frohmann (2007, 2009). Para tanto, propõe um deslocamento que, em vez de decifrar o significado ou a interpretação da informação, busca interrogar o que o documento faz a partir de sua materialidade e de suas práticas institucionais. Nesse sentido, partimos da seguinte questão norteadora: em que medida a materialidade documental, articulada a Foucault e Frohmann, contribui para uma compreensão do documento como operador de poder e verdade na Ciência da Informação?

Como objetivo geral, busca-se reunir materialidade, agência documental e institucionalidade como eixos centrais para uma compreensão do documento enquanto processo constituído por singularidade, autonomia e poder.

No que tange aos objetivos específicos, propõe-se primeiramente examinar o conceito de discurso em Foucault em sua conexão com o poder e a materialidade enunciativa, demonstrando como o documento se inscreve em regimes de verdade e dispositivos de controle social. Em seguida, busca-se caracterizar a agência documental em Frohmann a partir das noções de multiplicidade e materialidade, evidenciando como o objeto atua nas práticas desse âmbito. Por fim, tenciona-se cruzar as perspectivas de Foucault e Frohmann para demonstrar que o documento opera como enunciado materializado, operador de saberes e elemento de ordem institucional, apontando as implicações teóricas para a Ciência da Informação brasileira a partir de Rabello (2019).

A relevância deste estudo reside em desconstruir a ideia de neutralidade do documento, superando a visão puramente informacionalista. Isso porque, ao trazer o objeto ao centro da reflexão, a pesquisa almeja demonstrar como a informação resulta de práticas materiais e institucionais específicas. É justamente essa materialidade que conforma as condições de produção e uso desses registros.

Diante disso, defende-se a proposição teórica de que o documento atua como um operador material de regimes de verdade. Superando a visão de um objeto neutro ou passivo, esta pesquisa o compreende como o próprio enunciado materializado, e não como simples suporte ou meio de circulação. Quando Foucault (2008) define o enunciado como uma função dotada de materialidade repetível e ancoragem institucional, ele estabelece a própria materialidade como essência do enunciado, descartando a ideia de um conteúdo abstrato que exigiria um veículo externo para se manifestar. Na mesma linha, ao atribuir agência autônoma ao documento, Frohmann (2007) descreve a ação direta do enunciado em sua dimensão material, indo além da noção de instrumento mediador.

O artigo está estruturado em cinco seções. A segunda seção apresenta os procedimentos metodológicos. A terceira seção desenvolve o referencial teórico, dividido entre os conceitos de Foucault e a materialidade documental em Frohmann, com desdobramentos para a produção de Rabello. A quarta seção apresenta os resultados e a discussão, articulando os eixos da materialidade, do poder e da institucionalidade. A quinta seção traz as considerações finais.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, caracterizando-se como exploratória quanto aos objetivos, ao tempo em que utiliza o procedimento de análise conceitual. Configura-se, assim, como um estudo teórico amparado na revisão narrativa da literatura, a qual se justifica pela necessidade de articular, de forma flexível e interpretativa, autores da Filosofia e da Ciência da Informação, traçando um percurso voltado a responder como a materialidade documental atua na produção de poder e verdade.

A composição do *corpus* teórico foi delimitada pelos critérios de pertinência e relevância conceitual diante desse problema de pesquisa, centralizando o foco analítico em Michel Foucault e Bernd Frohmann. Foucault foi selecionado por sua teorização pioneira a respeito do arquivo, dos exames e dos registros escritos como tecnologias políticas de controle. Para isso,

foram trabalhados os conceitos de “enunciado”, “dispositivo” e “poder-saber”, extraídos de suas obras: *A Arqueologia do Saber* (2008), *Vigiar e Punir* (1987) e *Microfísica do Poder* (1979).

Por sua vez, escolheu-se Bernd Frohmann pelo fato de o autor promover a transposição dessa base filosófica para o campo da Ciência da Informação, questionando visões abstratas sobre a informação e destacando o papel ativo que os próprios documentos exercem nas instituições. Dele, os conceitos utilizados foram os de práticas documentais e regimes de informação, presentes nos artigos: “Multiplicity, Materiality, and Autonomous Agency of Documentation” (2007) e “Revisiting ‘What Is a Document?’” (2009).

Como complemento sobre o neodocumentalismo no cenário brasileiro, toma-se como base a produção de Rodrigo Rabello (2019), visto que seus estudos ilustram como os conceitos de Frohmann se desdobram nas dinâmicas institucionais concretas da nossa realidade. E, para contextualizar a ruptura histórica com o paradigma informacional clássico, recorre-se ao ensaio O conceito de informação, de Capurro e Hjørland (publicado originalmente em 2003 e depois traduzido para o português em 2007).

A leitura e a extração dos dados foram orientadas por três categorias analíticas: a materialidade documental, voltada a identificar nos textos como o documento ganha relevância por suas propriedades físicas e inscrições em sistemas de registro, combatendo a ideia de neutralidade do suporte; os efeitos de poder, categoria utilizada para mapear como os artefatos possuem a capacidade autônoma de fazer agir, moldar condutas e individualizar sujeitos nas instituições; e a institucionalidade e regimes de verdade, direcionada a investigar as regras e forças estratégicas que determinam quais documentos podem circular, ser arquivados ou legitimados.

O critério que sustenta a articulação teórica entre os autores é a identificação de uma proximidade conceitual direta entre o pensamento de Foucault e o de Frohmann. Essa aproximação demonstra que a noção frohmanniana de documento dialoga diretamente com a noção foucaultiana de enunciado como uma função material. Essa convergência permite concluir que as práticas documentais mapeadas pelo neodocumentalismo funcionam, no âmbito da Ciência da Informação, como a própria materialização dos dispositivos de poder-saber teorizados por Foucault.

3 ENTRE DISCURSO E NEODOCUMENTALISMO

Esta seção apresenta os fundamentos teóricos que orientam a análise do documento. O debate divide-se em duas vertentes complementares, estando a primeira ancorada nos conceitos de discurso, enunciado, poder-saber e dispositivo de Michel Foucault, com vistas a fornecer as bases para compreendê-lo como monumento, produto de práticas discursivas institucionalizadas e vetor de normalização disciplinar; e a segunda, apoiada nas contribuições de Bernd Frohmann e no neodocumentalismo, tem como intuito deslocar o foco para a multiplicidade, a materialidade e a agência autônoma do objeto.

A articulação entre ambas as perspectivas permite sustentar a tese de que o documento, como enunciado materializado, atua na produção, estabilização e reprodução de regimes de verdade e de relações de poder.

3.1 DOCUMENTALISMO, DISCURSO E PODER EM MICHEL FOUCAULT

Para fundamentar a análise do documento como operador de poder e verdade, parte-se do referencial teórico de Michel Foucault, especificamente dos conceitos de discurso, enunciado, documento-monumento, poder-saber e dispositivo, desenvolvidos em *A Arqueologia do Saber* (2008), *Vigiar e Punir*: nascimento da prisão (1987) e *Microfísica do Poder* (1979).

Para o filósofo, o discurso não deve ser confundido com a linguagem em seu sentido abstrato, nem com a fala enquanto ato individual; deve ser compreendido como uma prática que constitui de forma sistemática os próprios objetos sobre os quais se debruça (Foucault, 2008). Isso mostra que tal instância atua como um agente que produz o mundo, e não apenas o descreve. O campo jurídico ilustra bem essa dinâmica ao delimitar o que constitui um crime, quem se enquadra como sujeito criminoso e quais provas possuem validade legal. Essa capacidade de dar forma e existência aos objetos é o que caracteriza a chamada função enunciativa.

Dentro dessa perspectiva, o enunciado se define como uma função que estabelece as condições para que objetos, sujeitos, conceitos e estratégias discursivas possam emergir (Foucault, 2008). Por essa razão, uma mesma sequência de palavras pode ou não receber tal estatuto, uma vez que sua existência depende obrigatoriamente de como ela se insere e opera dentro de um campo específico.

Como afirma Foucault (2008),

> enunciado é a modalidade de existência própria desse conjunto de signos: modalidade que lhe permite ser algo diferente de uma série de traços, algo diferente de uma sucessão de marcas em uma substância, algo diferente de um objeto qualquer fabricado por um ser humano; modalidade que lhe permite estar em relação com um domínio de objetos, prescrever uma posição definida a qualquer sujeito possível, estar situado entre outras performances verbais, estar dotado, enfim, de uma materialidade repetível (Foucault, 2008, p. 121-122).

A dimensão material do enunciado tem na repetibilidade e na ancoragem institucional suas características fundamentais. A primeira se dá porque um enunciado pode ser repetido, citado ou transformado sem que essa reiteração seja idêntica, pois cada ocorrência o reinscreve em novas condições; a segunda ocorre visto que ele está sempre vinculado a instituições que definem quem pode enunciar, em que condições e com qual autoridade. Foucault (2008) observa que o enunciado não se relaciona com um contexto dado a priori; ele próprio cria o campo no qual sua atuação se torna possível.

É nesse ponto que a *Arqueologia do Saber* oferece sua contribuição para a reflexão sobre o documento. Foucault rompe com a visão tradicional da história que tratava tais registros como memórias ou vestígios do passado a serem interpretados para reconstituir a realidade. Contra essa tradição, ele propõe tratar o documento como monumento. Como sugere o autor: “a história, em sua forma tradicional, se dispunha a ‘memorizar’ os monumentos do passado, transformá-los em documentos e fazer falarem estes rastros [...]” (Foucault, 2008, p. 8).

O arquivo, portanto, não é um registro neutro, mas o resultado de uma montagem intencional criada dentro de discursos que determinam o que pode ser considerado verdade. Por isso, a análise documental não deve se limitar a extrair informações do suporte; para além disso, é preciso investigar as condições em que o objeto foi produzido, questionando quem falou, de qual lugar social, com que autoridade e sob quais regras.

Essa perspectiva demonstra que não há discurso que não esteja inserido em relações de poder, nem poder que não produza discursos (Foucault, 1979). Essa coprodução se traduz no conceito de poder-saber, uma fórmula que indica que todo saber carrega uma força política e todo poder gera seus próprios saberes. Essa relação se manifesta em instituições como escolas, hospitais e prisões, que produzem discursos para definir o que é normal, patológico, legal ou ilegal. Ao mesmo tempo, esses discursos criam poder ao estabelecer quem tem o direito de falar e quais assuntos são legítimos, consolidando as hierarquias sociais.

Assim, o documento atua como um registro que constrói e estabiliza as redes de poder. Conforme aponta Foucault (1987), o poder disciplinar funciona no cotidiano de maneira contínua, utilizando a escrita como sua principal ferramenta. Essa tecnologia documental opera de forma individualizadora, ao detalhar as características do sujeito; acumulativa, por criar um histórico perene; e normalizadora, ao situar esses dados em uma média social para identificar desvios e justificar intervenções.

O exame constitui o procedimento central dessa engrenagem, configurando-se como uma técnica que combina vigilância hierárquica e sanção normalizadora, o que coloca o indivíduo em um campo de visibilidade ao mesmo tempo que o fixa em uma rede de anotações escritas.

Nesse sentido, Foucault (1987, p. 157) explica que:

> [...] o exame que coloca os indivíduos num campo de vigilância situa-os igualmente numa rede de anotações escritas; compromete-os em toda uma quantidade de documentos que os captam e os fixam. Os procedimentos de exame são acompanhados imediatamente de um sistema de registro intenso e de acumulação documentária. Um "poder de escrita" é constituído como uma peça essencial nas engrenagens da disciplina.

Diante disso, o indivíduo é posicionado simultaneamente como objeto de saber e alvo de poder. Esse processo de registro e fixação o converte em um "caso" — que, para Foucault (1987), consiste no sujeito descrito, julgado e corrigido a partir de um conjunto de traços documentáveis.

Essa engrenagem envolve procedimentos específicos, como a codificação descritiva (que torna a pessoa passível de exame segundo uma grade predefinida) e o registro em série (que a inscreve em arquivos comparáveis em relação a uma norma), resultando na constituição de uma memória documental fixa. Por meio desse mecanismo, o sujeito torna-se efetivamente um elemento mensurável, inserido na rede capilarizada que se estende pelas instituições modernas. O documento disciplinar opera, assim, conectado à noção de dispositivo, compreendido como a rede heterogênea de elementos que responde a uma urgência estratégica de controle.

> [...] um conjunto decididamente heterogêneo que inclui discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito. O dispositivo é a rede que se estabelece entre estes elementos (1987).

O documento, nessa perspectiva, não existe isoladamente; configura-se como o operador material que responde a uma urgência estratégica do dispositivo, a exemplo do controle, da vigilância e da gestão das populações.

Em suma, as premissas foucaultianas indicam que o discurso produz seus próprios objetos, evidenciando que o documento constitui a própria realidade, possui uma materialidade institucional essencial para sua efetivação, é indissociável das relações de poder e deve ser tratado como monumento, investigado a partir de suas condições de emergência. Esses fundamentos abrem frestas para o diálogo com a vertente contemporânea do neodocumentalismo, expandindo a análise discursiva em direção aos fluxos e à agência física dos suportes.

3.2 MATERIALIDADE DOCUMENTAL E AGÊNCIA DO DOCUMENTO

Capurro e Hjørland (2007), no ensaio O conceito de informação, apresentam a complexidade envolvida no esforço de definir o termo. Ao analisar as diversas dimensões que constroem as facetas da informação, os autores concluem que a dificuldade de estabelecer um único significado decorre da plasticidade linguística, visto que uma mesma palavra assume diferentes sentidos a depender do contexto em que é empregada.

Essa discussão torna-se fundamental para refletir sobre o aporte contemporâneo do neodocumentalismo. Nesse horizonte, Frohmann (2009), em “Revisiting ‘What Is a Document?’”, pontua haver uma rigidez na linguagem quando se tenta decidir, categoricamente, se algo é ou não um documento. Para o autor, a própria comunicação exige explicações sobre os critérios que articulam o uso das palavras, seja para designar objetos cotidianos (como uma cadeira, um cachorro ou um gato), seja para validar um documento.

Frohmann (2009) critica essa busca por definições universais ao argumentar que é possível distinguir tais objetos por suas características práticas, dispensando justificativas metafísicas constantes. Os sentidos se sustentam por meio de um entendimento compartilhado, mesmo na ausência de uma conceituação estática. É nessa teia de relações que se inscrevem as propriedades simbólicas e sociais do artefato documental, convergindo para um cenário no qual a linguagem, a comunicação e a informação integram um mesmo escopo dominado pelas contingências contextuais.

Ainda que existam intersecções entre os estudos sobre informação e documento, é no artigo “Multiplicity, Materiality, and Autonomous Agency of Documentation” que Frohmann

(2007) apresenta a tríade conceitual que redefine o documento. O primeiro elemento é a multiplicity (multiplicidade), entendida como a condição na qual os documentos "se apresentam de diversas formas, são feitos de diferentes tipos de materiais e têm várias propriedades intelectuais e culturais" (Frohmann, 2007, p. 2, tradução nossa). Suas implicações ultrapassam a noção de mera informação registrada, configurando-se como o resultado de mediações entre suportes e atributos oriundos de necessidades coletivas e convenções sociais.

O segundo é a materialidade, que se refere aos atributos físicos do documento. O documento não é tratado como informação isolada, mas como um conjunto de elementos que abrem frestas tanto para atuarem como elementos de reivindicação quanto de oposição (Frohmann, 2007). Tal característica do documento ultrapassa a fisicalidade da composição dos seus materiais, e isso pode ser observado em muitos âmbitos da sociedade. Se o documento supera a ideia abstrata de informação, um abaixo-assinado presencial e outro na internet possuem o mesmo objetivo, embora divirjam no alcance, no público e na dinâmica de engajamento. O artefato não se valida apenas pelas assinaturas que o rasuram, mas pelo fato de desempenhar um papel institucional e carregar um impacto político.

O terceiro elemento constitutivo é a agência documental (autonomous agency), perspectiva na qual o agenciamento se deflagra a partir do próprio objeto, orientado por suas propriedades intrínsecas e de forma anterior à ação do indivíduo sobre ele. Segundo Frohmann (2007), produções que operam no espectro afetivo e da comoção, como a música e o cinema, não se limitam ao entretenimento; a depender do uso e do contexto, elas afetam o tecido social de modo imprevisto, portando ou não uma intencionalidade prévia.

Assim, o agir documental ancora-se no dinamismo do inesperado: o que precede a análise não é a representação abstrata na sociedade, mas o choque do contato do sujeito com a matéria, definindo ali a sua agência.

Alinhado a essa teorização sobre a agência, Buckland (2014) utiliza o exemplo do passaporte para demonstrar como artefatos de cunho legal carregam um poder decisório real, a exemplo da legitimação do trânsito internacional. Tais documentos manifestam sua materialidade por meio de símbolos de credibilidade e imponência; elementos como a assinatura autoritária, a fotografia do titular, as marcas d'água e os carimbos de visto materializam a capacidade do objeto de ditar condutas conforme o sistema normativo que o chancela.

Sob essa ótica, as agências documentais “são constituidoras e constituídas por institucionalidades da informação as quais têm o acesso e as conditions de atuação condicionadas pela materialidade [...]” (Rabello, 2019, p. 19). Após sua inscrição, o documento passa a ser regulado por ambientes que controlam seu acesso e circulação. A materialidade em pauta constitui a junção do suporte escolhido com o valor social que lhe é atribuído. Desse modo, um mesmo texto, sob condições materiais distintas, produz impactos simbólicos, políticos e históricos diversos, que determinam suas formas de disseminação e interpretação.

Como aponta Rabello (2019), a distinção principal entre o objeto comum e o documento reside no limite da intencionalidade institucional, e não apenas na fisicalidade. Enquanto o primeiro pode ou não ser definido por sua utilidade imediata, o documento carrega a “procedência e o percurso da informação até sua marca, impressão, registro num suporte, analógico ou digital [...]” (Rabello, 2019, p. 19). Ele se materializa na trajetória histórica da informação, configurando um itinerário impregnado de práticas sociais nas quais o próprio suporte medeia discursos que se consolidam na validação institucional.

Essa institucionalidade documental apresenta-se em dois níveis, quais sejam: o formal e o informal. Conforme Rabello (2019), o nível formal abarca as estruturas estatais ou corporativas de regulamentação rígida, operando por sistemas físicos ou digitais com o fito de armazenar, recuperar e gerir fluxos informacionais. No plano da informalidade, situam-se as dinâmicas organizadas pelo viés pessoal e coletivo, cujas motivações emergem do campo da afetividade, da preservação da memória ou do interesse comunitário. As redes sociais ilustram esse cenário contemporâneo, no qual algoritmos e interações moldam-se a partir das práticas cotidianas dos usuários.

Todavia, Rabello (2019) adverte que os documentos erguidos no prisma da informalidade não perdem seu caráter institucional por possuírem regras próprias. Em ambos os casos, consideram-se as "intencionalidades do objeto e modos de representação para provar algo, para obtenção de conhecimento [...]” (Rabello, 2019, p. 7). O conceito de institucionalidade vincula-se à gênese de um documento criado a partir de demandas sociais que se concretizam em sua finalidade. A vertente informal, portanto, não constitui uma exceção, mas parte estruturante do fenômeno documentário.

Esse alargamento conceitual da institucionalidade responde diretamente ao alerta formulado por González de Gómez (2011, p. 24) sobre os perigos de uma visão puramente pragmática da informação, segundo a qual, quando o fazer documentário é reduzido ao viés

tecnicista e estático, anula-se o processo formativo, histórico e político que constitui a vida dos documentos.

> [...] tendendo a substantivar no documento processos de trabalho condicionados, históricos, dinâmicos e em constante transformação, ficando eles mesmos isolados, desenhando-se, por vezes, um ciclo de reprodução corporativa desses processos. Ficam, assim, de lado atores, atividades e instituições que desempenharam papéis decisivos na definição das mediações epistêmico-comunicacionais, em cujo seio seria construído certo labor informacional ou documentário, outorgando-lhe direção, condição e sentido.

Substantivar o documento significa encapsulá-lo sob práticas profissionais e especializadas. Ao considerar apenas as repetições criadas para tornar a rotina institucional mais prática, outros meios de apropriação da informação são desconsiderados. Portanto, pensar no artefato final sem considerar seu contexto condicionado a mudanças históricas e dinâmicas descredibiliza os estudos epistemológicos, culturais e sociais que se erguem no cerne das relações entre o indivíduo e o mundo.

Dessa forma, a materialidade documental incorpora os mecanismos institucionais que condicionam sua circulação, legitimidade e permanência social. Em conjunto com a agência documental, o documento torna-se capaz de regular práticas e influenciar a construção de sentidos.

Essa articulação conceitual demonstra que o discurso e a agência dos suportes operam de forma conjunta na realidade das instituições. Assim, o arcabouço teórico construído serve de sustentação para as proposições analíticas que serão apresentadas na seção seguinte.

4 A CONSTITUIÇÃO MATERIAL E DISCURSIVA DO DOCUMENTO

A articulação entre os autores mobilizados neste artigo permite uma inversão fundamental, pois, se a tradição documental tratou o documento como substantivo, caracterizado como uma coisa, um registro ou um objeto estático, o neodocumentalismo, em diálogo com Foucault, propõe tratá-lo como verbo, o que significa compreendê-lo como ação, processo e mediação. A seção desenvolve essa proposta a partir de três proposições analíticas.

O documento não é um suporte inerte de informação, mas um enunciado materializado. Isso significa que ele só existe na medida em que se inscreve em condições materiais e institucionais específicas. Sua materialidade é repetível, passível de transformação e essencialmente institucional, estando vinculada a regras que definem sua autoridade.

O documento não configura um mero instrumento passivo, mas um enunciado ativo de poder e de produção de saberes. Trata-se de um artefato que faz agir e produz efeitos para além, ou independentemente, da intenção de seu produtor. Simultaneamente, ele opera a verdade — não no sentido de correspondência literal com a realidade, mas como um efeito de verdade produzido por regimes discursivos específicos.

O documento não existe fora de institucionalidades que lhe conferem sentido e permanência. Ele age no interior das instituições e, ao mesmo tempo, as constitui por meio de suas práticas de registro e recuperação. A atuação do objeto depende de sua inscrição em modos específicos de institucionalidade, sejam eles formais ou informais.

A compreensão do documento como enunciado materializado, operador de poder e agente institucional traz implicações diretas para a Ciência da Informação. Primeiro, impõe-se uma crítica à sua substantivação, pois tratá-lo como coisa pronta e estática obscurece processos históricos e dinâmicas em constante transformação. Segundo, sugere-se uma análise documental crítica que inclua as condições de produção, materialidade e agência, bem como as institucionalidades que o validam. Terceiro, convoca-se a CI a refletir sobre seu estatuto epistemológico, uma vez que, ao produzir teorias sobre o documento, a disciplina também opera no interior de regimes de verdade.

A articulação entre Foucault e Frohmann converge ao romper com a visão instrumental do objeto, reconhecendo que ele não é suporte neutro de informação, mas, sim, elemento ativo que constitui a realidade e produz efeitos sociais. Contudo, os autores partem de preocupações teóricas distintas. Situado na tradição filosófica, Foucault centra-se nas práticas discursivas e nos regimes de saber-poder, interrogando as condições de possibilidade que tornam o enunciado integrado a dispositivos de controle social. Frohmann, por sua vez, oriundo da Ciência da Informação, enfatiza a materialidade e a agência autônoma do documento, investigando como seus atributos físicos e sua circulação produzem efeitos concretos no mundo. Para ambos o discurso é socialmente construído e o enunciado, materializado em suportes, produz efeitos dependentes do contexto e de signos de validação. É esse critério, o de materialização do enunciado, que permite a aproximação entre os dois autores. Essas diferenças de ênfase oferecem uma compreensão densa, que integra de forma indissociável as dimensões discursiva e material-agencial do fenômeno documentário.

Para sintetizar o percurso teórico construído nesta seção, apresenta-se o Quadro 1, que evidencia os conceitos formulados por Foucault e Frohmann, bem como os pontos de

convergência que dão sustentação à hipótese do documento como operador de poder e de verdade.

Quadro 1 - Sínteses conceituais

Eixos analíticos	Foucault	Neodocumentalismo de Frohmann	Aproximações e articulações
Enunciado e materialidade	O enunciado estabelece condições de emergência para objetos e sujeitos, constituído de materialidade.	Materialidade: atributos físicos do documento que ultrapassam a fisicalidade.	O documento opera como enunciado materializado; o suporte não é neutro, é constitutivo do sentido e do alcance do registro.
Agência e poder	Poder-saber e exame: tecnologias políticas de escrita que individualizam, fixam e normalizam condutas nas engrenagens disciplinares.	Agência documental: capacidade autônoma do artefato de fazer agir e produzir efeitos sociais e políticos anteriormente à ação humana.	O poder não é abstrato; ele se materializa na agência do documento, que regula condutas, gera efeitos de força e fixa sujeitos como "casos".
Institucionalidade	Dispositivo e arquivo: sistemas de relações entre elementos heterogêneos que respondem a uma urgência estratégica de controle.	Institucionalidade e regimes: estruturas formais e informais que controlam e condicionam os modos de circulação do documento.	A efetividade do documento depende de sua validação em âmbitos institucionais, que determinam as regras do que pode circular, ser guardado ou aceito como prova.

Fonte: elaboração própria (2026).

O percurso teórico delineado ao longo desta seção, sintetizado no Quadro 1, revela que as aproximações entre Foucault e Frohmann se dão nos eixos da materialidade, da agência/poder e da institucionalidade. Contudo, essas convergências não eliminam uma diferença fundamental: em Foucault, o sujeito age imerso em práticas discursivas e institucionais que delimitam sua margem de atuação; no neodocumentalismo de Frohmann, o

documento, embora também submetido a regras e institucionalidades, exerce uma agência mais extensa, na medida em que sua materialidade, seus regimes de circulação e os processos de ressignificação ampliam seus efeitos para além das intenções originais de seus produtores. Essa reflexão orientará o fechamento subsequente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo cumpriu seu objetivo geral ao articular materialidade, agência documental e institucionalidade como eixos centrais para a compreensão do documento como um processo constituído por singularidades, autonomia e poder, a partir do diálogo entre Foucault e o neodocumentalismo de Frohmann. As proposições analíticas que definem o documento enquanto enunciado materializado, operador de poder e verdade, e agente institucional integraram esses três eixos em uma compreensão do fenômeno como ação situada.

Quanto aos objetivos específicos: (i) examinou-se o conceito de discurso em Foucault e sua articulação com o poder e a materialidade enunciativa, demonstrando como o documento se inscreve em regimes de verdade e dispositivos de controle social, com destaque para a noção de enunciado como função que estabelece condições de emergência para objetos, sujeitos e conceitos, bem como para o exame como tecnologia documental de registro e normalização; (ii) caracterizou-se a materialidade e a agência documental em Frohmann a partir das noções de multiplicidade, materialidade e agência, evidenciando como o documento atua nas práticas institucionais por meio de uma materialidade que ultrapassa a mera fisicalidade e de uma agência autônoma, operante de forma anterior à ação do indivíduo; e (iii) articulou-se Foucault e Frohmann, especialmente nas proposições que integraram as vertentes discursiva (Foucault) e material-agencial (Frohmann), demonstrando que o documento opera como enunciado materializado, operador de saberes e elemento institucional.

Portanto, o conceito de “documento como operador de poder e verdade”, compreendido como um elemento ativo que, por meio da materialidade enunciativa e da agência autônoma, produz regimes de verdade e constitui sujeitos. Como desdobramentos futuros, sugerem-se investigações que apliquem esse arcabouço a diferentes tipologias documentais, bem como análises sobre a materialidade documental em ambientes digitais e nas institucionalidades informais contemporâneas.

REFERÊNCIAS

BUCKLAND, Michael. Documentality beyond documents. **The Monist**: Oxônia, Inglaterra, v. 97, n. 2, p. 179–186, 2014. Disponível em: https://share.google/Vny8A3hhZnhRaneGG. Acesso em: 2 jun. 2026.

CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, 2007. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22360. Acesso em: 2 jun. 2026.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FROHMANN, Bernd. Revisiting “What Is a Document?”. **Journal of Documentation**, [*s. l.*], v. 65, n. 2, p. 291–303, 2009. Disponível em: https://www.emerald.com/jd/article/65/2/291/222541/Revisiting-what-is-a-document. Acesso em: 2 jun. 2026.

FROHMAN, Bernd. **Multiplicity, materiality, and autonomous agency of documentation**. 2007. Disponível em: https://www.academia.edu/14048919/Documentation_materiality_and_autonomous_agency_of_documentation. Acesso em: 5 jun. 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. A documentação e o neo-documentalismo. *In:* CRIPPA, Giulia; MOSTAFA, Solange Puntel. (org.). **Ciência da informação e Documentação**. Rio de Janeiro: Alínea, 2011.

RABELLO, Rodrigo. Informação institucionalizada e materializada como documento: caminhos e articulações conceituais. **Brazilian Journal of Information Science**: research trends, Marília, SP, v. 13, n. 2, p. 5–25, 2019. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/8932. Acesso em: 13 jun. 2026.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Ceará (Funcap) pelo financiamento desta pesquisa.